

PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES AO TEMA DA FORMAÇÃO DOCENTE NO MANUAL PRINCÍPIOS BÁSICOS DE PRÁTICA DE ENSINO (PABAE, 1965)

Luzineide de Oliveira Campos

Juarez José Tuchinski dos Anjos

RESUMO

O artigo, de cunho historiográfico, tem como objetivo realizar uma primeira aproximação ao tema da formação docente no manual *Princípios Básicos de Prática de Ensino* do PABAE, publicado em 1965, voltado para a formação de professores primários no Brasil, com ênfase nas orientações pedagógicas propostas. Além disso, busca refletir sobre o contexto histórico e educacional brasileiro da época que o manual foi publicado, identificando de forma sucinta os princípios pedagógicos nele contidos. Numa primeira aproximação à temática da formação de professores conforme proposta no manual, o estudo das orientações pedagógicas nele contidas evidencia a intenção de capacitar professores brasileiros com métodos de ensino considerados modernos à época, promovendo práticas educativas que buscavam alinhar-se às demandas de uma sociedade em processo de industrialização e urbanização aceleradas. Ideias de uma escola ativa e de um professor primário igualmente ativo, alimentadas no pensamento edu-

cacional brasileiro desde os anos 30, reaparecem no manual, mas com ares de novidade, legitimada pelas experiências de ensino norte-americanas consideradas exitosas e oportunas de serem replicadas no Brasil dos anos 1950 e 1960.

Palavras-chave: História da Educação; Manual Pedagógico; PABAAE; Formação de Professores.

First approaches to the topic of teacher training in the Manual Princípios Básicos de Prática de Ensino (PABAAE, 1965)

ABSTRACT

This historiographical article aims to provide a first approach to the theme of teacher training in the PABAAE *Princípios Básicos de Prática de Ensino* manual, published in 1965, aimed at the training of primary school teachers in Brazil, with an emphasis on the proposed pedagogical guidelines. In addition, it seeks to reflect on the Brazilian historical and educational context at the time the manual was published, briefly identifying the pedagogical principles contained therein. In a first approach to the theme of teacher training as proposed in the manual, the study of the pedagogical guidelines contained therein highlights the intention of training Brazilian teachers with teaching methods considered modern at the time, promoting educational practices that sought to align with the demands of a society undergoing rapid industrialization and urbanization. Ideas of an active school and an equally active primary school teacher, nurtured in Brazilian educational thought since the 1930s, reappear in the manual, but with an air of novelty, legitimized by North American

teaching experiences considered successful and timely to be replicated in Brazil in the 1950s and 1960s.

Keywords: History of Education; Pedagogical Manual; PABAE; Teacher Training.

INTRODUÇÃO

O estudo da história da educação contribui para a construção da identidade humana e a compreensão das dinâmicas sociais. A reflexão sobre eventos passados não se restringe apenas à curiosidade sobre o que aconteceu, mas se estende à necessidade de entender como essas experiências coletivas influenciam o presente. Saviani (2008) argumenta que o conhecimento histórico é uma ferramenta eficaz para a formação do indivíduo, permitindo que ele alcance uma consciência de si mesmo e de seu papel no mundo. Assim, de acordo com o autor:

A história e a historiografia possuem virtudes formativas intrínsecas, não carecendo de justificativa externa. Isso porque o homem é um ser histórico por excelência: a historicidade define sua essência e a história é sua morada. Eis aí o princípio educativo que deveria presidir a organização das instituições escolares na atualidade: a radical historicidade do homem (SAVIANI, 2008, p. 162).

O conhecimento histórico não é apenas um acúmulo de informações sobre o passado, mas uma prática ativa que contribui para a formação da identidade e da consciência crítica do indivíduo, proporcionando ferramentas para refletir sobre quem fomos, quem somos e quem podemos nos tornar, tanto no âmbito individual quanto coletivo.

A elaboração do conhecimento histórico envolve um processo cuidadoso de análise e interpretação das fontes disponíveis. Essas fontes, longe de serem elementos neutros ou dados objetivos, são resultados de escolhas e atribuições feitas pelo pesquisador. Conforme destaca Ragazzini (2001, p. 14), “A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica.” À luz dessa reflexão, este texto, de caráter historiográfico, toma como objeto de estudo a obra *Princípios Básicos de Prática de Ensino*, um manual pedagógico publicado no Brasil em 1965 pela editora Fundo de Cultura, de autoria dos educadores norte-americanos, Harold P. Adams e Frank G. Dickey, traduzido para o português por Wanda Rolim Pinheiro Lopes, no contexto do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE).

Segundo Paiva e Paixão (2002), o PABAE, implementado entre 1956 e 1964 – mas com influência até meados da década de 1970 –, durante os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, foi uma iniciativa estratégica no contexto da Guerra Fria, inserida em um cenário de cooperação internacional, especialmente entre Brasil e Estados Unidos. O programa visava modernizar o sistema educacional brasileiro, introduzindo métodos pedagógicos e materiais didáticos inspirados no modelo norte-americano. Com esse programa, uma série de modelos pedagógicos considerados mais modernos e avançados foram postos em circulação no país, almejando uma renovação do ensino primário, numa época em que a sua própria natureza vinha sendo objeto de muitas reflexões que defendiam, por exemplo, a sua extensão a um período maior do que os então quatro anos praticados na maior parte do país e do ocidente.¹

¹ Esta era uma das recomendações das Conferências Internacionais de Instrução Pública, promovidas pelo Bureau Internacional de Educação e a Unesco. Sobre as Conferências e sua relação com o Brasil, ver a primeira parte do estudo de Anjos (2021).

Diante do que foi dito até aqui, este artigo tem como objetivo realizar uma primeira aproximação ao tema da formação docente no manual *Princípios Básicos de Prática de Ensino* do PABAE, voltado para a formação de professores primários no Brasil, com ênfase nas orientações pedagógicas propostas. Além disso, busca refletir sobre o contexto histórico e educacional brasileiro da época que o manual foi publicado, identificando de forma sucinta os princípios pedagógicos nele contidos.

O manual pedagógico, fonte eleita para esta pesquisa, possui algumas características enquanto documento histórico, que cumpre ter presente. Segundo Giorgio Chiosso (2013, p. 48, *tradução nossa*), ele

...constitui-se numa significativa documentação acerca do modelo de escola de uma certa época. Cada época histórica tem, de fato, inevitavelmente, seus livros. Na sua produção interagem as prescrições dos programas dispostos pela autoridade escolar, as influências das teorias pedagógicas e das práticas didáticas do tempo (...).

Já para Agustín Escolano, os manuais contêm três dimensões que devem ser levadas em conta na sua análise:

Em primeiro lugar, como suporte do conhecimento que a escola transmitiu em cada época histórica. O manual é o suporte material do chamado 'currículo editado', isto é, a tradução que os autores e editores fizeram do currículo normativo, ao transportá-lo das leis para o texto (...)

Uma segunda dimensão do manual seria a que o percebe como um espelho da sociedade que o produz e na qual circula. (...) Em uma terceira perspectiva de análise o manual é visto como um *vade-mécum* dos métodos e procedimentos com que os professores regulam e gerem a atividade das aulas, um guia de governança, diríamos hoje, da vida escolar. (ESCOLANO BENITO, 2013, p. 20-21, *tradução nossa*).

Dialogando com essas premissas teóricas, o artigo conta com duas partes. Na primeira, num diálogo com a historiografia educacional, delinearemos o contexto histórico vivido pela educação no Brasil dos anos 1950 e 1960 dentro do qual situa-se o PABAE e seus impressos. Na segunda parte, nos detemos na análise das concepções de formação de professores presentes no manual *Princípios Básicos de Prática de Ensino*, ensaiando uma primeira aproximação à temática. Ao final, enfeixamos o texto com breves considerações, a modo de conclusão.

CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCACIONAL BRASILEIRO DAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

As décadas de 1950 e 1960 no Brasil foram marcadas por transformações políticas, econômicas e sociais que moldaram o país. Esse período de transição foi caracterizado pela tentativa do Brasil de se consolidar como uma nação moderna e industrializada, ao mesmo tempo que enfrentava desafios econômicos e tensões políticas que culminaram em eventos decisivos para sua história. Como afirmam Wachinewski e Rabelo (2018, p. 293):

Na década de 1950, em meio à efervescência provocada pelos discursos nacionais desenvolvimentistas e com a participação de intelectuais renovadores em cargos da administração pública, as políticas educacionais defendidas pelos escolanovistas passam do campo teórico para o exercício de experimentação em algumas escolas brasileiras. Em razão disso, houve maior ênfase na formação de professores/as, devido à nova concepção de escola que precisava de professores/as que se articulassem com formas mais dinâmicas do ensino.

A transição das ideias do Movimento pela Escola Nova para a prática na década de 1950 reflete o impacto do pensamento progressista na educação brasileira. Nesse período, a combinação de políticas nacionais voltadas ao desenvolvimento e a presença de intelectuais reformistas em cargos públicos, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, permitiu que as propostas da Escola Nova saíssem do plano teórico para a experimentação concreta em algumas escolas (MENDONÇA; XAVIER, 2008). Como resultado, houve um foco intensificado na formação de professores, uma vez que a nova concepção de escola exigia educadores capacitados para implementar métodos de ensino mais dinâmicos e participativos, alinhados às necessidades de um ensino moderno (MENDONÇA; XAVIER, 2008).

Nessa época, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) ficou conhecido por promover o desenvolvimento acelerado do país sob o lema “50 anos em 5”. Esse período foi marcado por investimentos maciços em infraestrutura, com a construção de Brasília, a nova capital federal do Brasil e pela promoção da industrialização por meio do Plano de Metas, que incentivou setores como energia, transporte, indústria de base e construção civil (LIMA, 2022).

De acordo com Mendonça e Xavier (2008, p. 28):

No que tange à política educacional, encontramos nos jornais de grande circulação no Distrito Federal, no período 1955-1965, uma multiplicidade de ações emanadas do Ministério da Educação com o objetivo de enfrentar as demandas da sociedade por ampliação do acesso à educação escolar. Ao mesmo tempo, observamos o empenho das demais instâncias de governo, em nível estadual e municipal, em dar uma resposta às pressões em prol da ampliação e da melhoria da qualidade do ensino.

As iniciativas registradas nos jornais durante esse período revelam uma conjuntura em que a expansão do acesso à educação e a melhoria da qualidade do ensino tornaram-se prioridades tanto para o governo federal quanto para as esferas estaduais e municipais. Essas ações refletem o reconhecimento crescente da educação como um direito e uma ferramenta para o desenvolvimento social e econômico do país.

Segundo Mendonça e Xavier (2008), em 1952, Anísio Teixeira assumiu a direção do Inep, após ser convidado pelo Ministro da Educação, Ernesto Simões Filho, para estruturar a Campanha de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), atualmente conhecida como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Inicialmente, a campanha, que visava organizar a pós-graduação no Brasil, contou com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) como seu braço executivo. Além de substituir Murilo Braga de Carvalho na direção do Inep, Anísio Teixeira acumulou a função de secretário-geral da CAPES, exercendo ambos os cargos até 1964.

Durante sua gestão, Anísio Teixeira desempenhou sua função na promoção de pesquisas educacionais e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a melhoria da educação no Brasil (PEDROSA; SILVA, 2020). Teixeira, ao liderar o Instituto, priorizou a pesquisa educacional como base para a reconstrução educacional do Brasil, estabelecendo o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) no Rio de Janeiro além dos Centros Regionais em Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Tanto o CBPE quanto os Centros Regionais foram integrados à nova estrutura organizacional do INEP (LEITE FILHO; SANTOS; GOUVÊA, 2008).

Nesse contexto histórico, surge o PABAE. Em 1956, Brasil e Estados Unidos firmaram um acordo conhecido como Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE). Essa parceria visava modernizar o sistema educacional brasileiro por meio de reformas curriculares, capacitação de professores e construção de escolas. Além de promover o desenvolvimento econômico e social, o programa incluía a tradução e adaptação de materiais didáticos norte-americanos para serem utilizados nas instituições de ensino brasileiras (PAIVA; PAIXÃO, 2002).

A sede do PABAE era a cidade de Belo Horizonte. Para lá eram enviadas professoras primárias dos diversos estados da federação, que ali permaneciam por um tempo assistindo a cursos ministrados tanto por especialistas norte-americanos como por professoras brasileiras formadas pela Universidade de Indiana, como parte dos acordos entre Estados Unidos e Brasil. Juarez dos Anjos (2024, p. 324) afirma que

Conforme relatório elaborado quando da finalização do Programa em 1964, entre os cursos oferecidos pelo PABAE incluíam-se “Aprendizagem e Desenvolvimento da Criança”, “Medidas e Avaliação na Escola Primária”,

“Recursos Didáticos”, “Trabalho em Grupo”, “Currículo e Supervisão”, dentre outros (PABAE, 1964). O PABAE produziu uma série de materiais sobre os diversos temas abordados nos cursos, como títulos abrangendo as áreas de Língua Pátria, Aritmética, Pré-Primário, Estudos Sociais, Ciências, Psicologia, Artes e Currículo (PABAE, 1964).

Como se pode perceber, os cursos do PABAE abrangiam temas que visavam formar a professora primária tanto para uma atuação no interior da sala de aula (na avaliação, no currículo, nos recursos didáticos) mas, também, no seu exterior, no âmbito da supervisão dos trabalhos docentes. Estratégia privilegiada de difusão desses modelos pedagógicos em solo brasileiro foram os impressos, versando, também, sobre temas internos e externos à sala de aula. Mesmo após sua finalização em 1964, uma série de obras continuou a ser traduzida e publicada em solo brasileiro nos anos seguintes, prolongando, assim, a influência do PABAE sobre as práticas pedagógicas e a cultura escolar brasileira, como foi o caso da obra *Princípios Básicos de Prática de Ensino* que, prevista para publicação em 1964, foi efetivamente impressa e posta em circulação no ano seguinte (ADAMS; DICKY, 1965). É sobre ela e suas concepções de formação de professores que nos deteremos a seguir.

A FORMAÇÃO DOCENTE NO MANUAL PRINCÍPIOS BÁSICOS DE PRÁTICAS DE ENSINO

A formação docente foi tida no PABAE como um elemento indispensável para o desenvolvimento de uma educação primária eficaz. O manual *Princípios Básicos de Prática de Ensino* surge como um recur-

so nesse processo, oferecendo princípios e práticas para a formação de professores desse nível de ensino no Brasil dos anos 1950-1960.

Um manual pode ser definido como um documento que oferece instruções, diretrizes ou informações detalhadas sobre um determinado assunto ou procedimento. Ele serve como uma ferramenta para orientar os usuários na execução de tarefas específicas, garantir a consistência na aplicação de métodos e promover a compreensão de conceitos complexos. De acordo com Bufrem, Schmidt e Garcia (2006, p. 121):

Ao final da Primeira República e ao longo de todo o século XX, inúmeros manuais de Didática, Metodologia e de Prática de Ensino foram publicados no Brasil e circularam nas escolas. Destinados aos professores, esses livros podem ser tomados como fontes para investigar a presença de elementos que, em dados períodos históricos, demarcaram as formas de pensar e de desenvolver o ensino no país. Desta forma, incluem-se, teórica e metodologicamente, entre as fontes privilegiadas para a investigação e análise da história das disciplinas e das formas de ensinar.

A análise dos manuais pedagógicos colabora para entender as transformações e continuidades nas abordagens de ensino ao longo do tempo no Brasil. Ao serem utilizados como fontes históricas, esses manuais não apenas refletem as teorias educacionais prevalentes em diferentes épocas, mas também oferecem informações sobre as práticas de ensino e os valores culturais que influenciaram a formação dos professores e a condução do processo educativo no país.

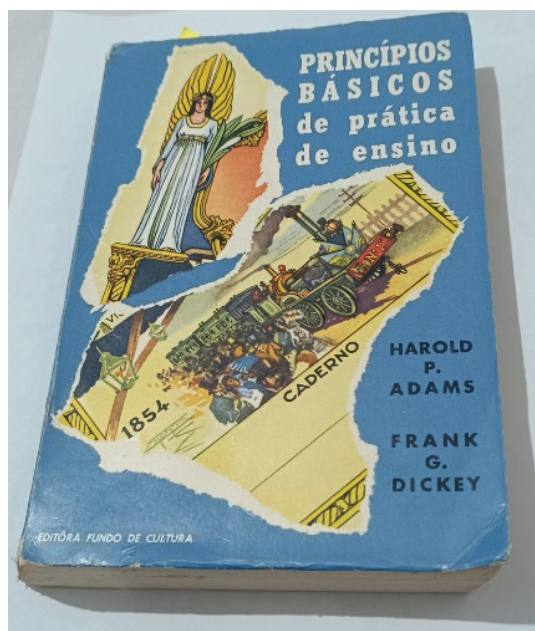
Publicado no Brasil em 1965 pela editora Fundo de Cultura, em cooperação com a Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil, vinculada à USAID (*United States Agency for International Development*) e ao programa Aliança para o Progresso durante o PABAAE, o livro *Princípios Básico de Práticas de Ensino*, referido aqui como “manual”, tem como objetivo preparar os docentes para enfrentar os desafios do ensino moderno, contribuindo para a melhoria do ambiente escolar e, conseqüentemente, para o sucesso dos alunos. Segundo Bufrem, Schmidt e Garcia (2006, p. 121):

Pode-se afirmar que, desde o momento de sua introdução como elemento constitutivo do código disciplinar de cada ciência, os manuais destinados à formação de professores no Brasil já apresentam o que CUESTA FERNÁNDES (1997) chama de ciência com pedagogia. Isto porque eles ressaltam e valorizam aspectos pedagógicos como fundamentais para as finalidades do ensino. Ademais, esta pedagogização dos conhecimentos específicos faz com que os conteúdos sejam mediados por elementos pedagógicos e psicológicos.

Ao incorporar elementos pedagógicos e psicológicos, esses manuais promovem uma prática educativa que considera o processo de ensino como um todo, reforçando a ideia de que a ciência, aliada à pedagogia, é efetiva para a formação de educadores e, conseqüentemente, para o êxito da educação. Ademais, de acordo com Garcia e Silva (2019), o manual funciona como um guia que descreve um programa de formação docente, oferecendo princípios e práticas pedagógicas voltadas para a educação primária.

Especificando melhor o manual em questão, trata-se de um livro de 397 páginas, com capa azul, ilustrada com imagens, incluindo uma mulher vestida em estilo grego e uma cena de estação de trem datada de 1854, acompanhadas pela palavra “caderno”. Essas ilustrações parecem ser recortes de páginas de livros (Figura 1):

Figura 1 – Capa do Manual *Princípios Básicos de Prática de Ensino* (1965)



Fonte: Acervo dos autores

Não deixa de ser interessante que, na composição da capa, os responsáveis pelo projeto editorial do livro tenham recorrido a imagens do passado para ilustrar um manual que queria influir no presente dos educadores brasileiros. Tais imagens, sobretudo a do trem, remetem à modernidade e aceleração do desenvolvimento vivenciada no último século, com a expansão das vias férreas e das redes de comunicação que estas propiciaram em diferentes países do ocidente. Seria um apelo velado à modernização que o manual poderia oferecer a seus usuários? É uma hipótese a se verificar, mas que, à luz do conteúdo do impresso,

parece plausível no campo dos sentidos subjetivos que podem ter sido postos em jogo no processo editorial de tradução cultural (PALLARES-BURKE, 1996) para o público docente brasileiro.

O livro é organizado com doze capítulos, começando com um plano da obra e seguido por um prefácio que destaca a organização dos conteúdos. Os capítulos abordam uma ampla gama de temas, desde a preparação para a prática de ensino até a avaliação do progresso dos alunos e a relação do docente com a sociedade em que atuará. Os capítulos estão postos da seguinte forma: I. Estabelecendo bases para a prática de ensino. II. Preparando para a prática de ensino. III. Iniciando a prática de ensino. IV. Conhecendo e orientando crianças. V. Dirigindo a aprendizagem. VI. Planejando o ensino. VII. Selecionando e usando materiais de ensino. VIII. Manejando a classe. IX. Dirigindo a atividade dos alunos. X. Avaliando e relatando o progresso dos alunos. XI. Estabelecendo relações. XII. Avaliando a prática de ensino.

Além dos capítulos, o manual inclui três apêndices que fornecem informações adicionais importantes: o Sumário anual de informações aos pais; a Folha de informação do professorado e o Código de ética da Associação Nacional de Educação. No final, o livro apresenta um índice para facilitar a consulta.

Cada capítulo é subdividido em tópicos, denominados “princípios”, que cobrem tanto aspectos teóricos quanto práticos da formação docente. Por exemplo, o primeiro capítulo do manual, destaca cinco “princípios”, organizados como “subtópicos” para facilitar a compreensão do leitor, estão dispostos da seguinte maneira: 1. A formação do professor é uma experiência de longa duração. 2. O conteúdo de um curso de formação de professores provém de pesquisas e experimentações essenciais para um ensino efetivo. 3. A prática de ensino é uma experiência profissional. 4. O primeiro objetivo da prática de ensino é ajudar o professorando a tornar-se independente. 5. A prática de

ensino desenvolve uma nítida filosofia de educação. De acordo com os autores da obra:

Um programa funcional de prática de ensino reclama do estudante compreensão do processo fundamental de ensino-aprendizagem, conhecimento dos problemas de ensino e domínio das habilidades necessárias à direção da aprendizagem das crianças. Para alcançar esses objetivos, o professor em formação recebe, atualmente, uma orientação positiva que implica a sua atitude em relação ao ensino de modo geral, sua conceituação de prática de ensino em suas atividades como estudante. É ele quem toma a iniciativa de planejar, esboçar e conduzir várias atividades, em lugar de esperar que o professor-supervisor ou coordenador da prática de ensino na universidade, assuma todas essas responsabilidades (ADAMS; DICKEY, 1965, p. 12).

Essa abordagem reflete o papel do professor em formação, que passa de um receptor passivo de instruções para um agente ativo no processo de ensino-aprendizagem. Ao assumir a responsabilidade de planejar e conduzir atividades, o “futuro professor” desenvolve não apenas as competências necessárias para a prática docente, mas também uma compreensão mais intensa dos desafios e das dinâmicas do ensino. Dessa forma, o programa de prática de ensino não só prepara o docente para enfrentar as realidades da sala de aula, mas também promove a autonomia e a iniciativa, características para o sucesso profissional.

Segundo os autores Adams e Dickey (1965, p. 122-123):

Livros de textos e lições decoradas, geralmente, não comportam as experiências mais eficazes de ensino e de aprendizagem conducentes à realização dos objetivos da escola. Se os alunos devem tornar-se cidadãos competentes, precisam praticar, desde já, tal cidadania. Oportunidades para isso, não as oferece o tradicional esquema de experiências escolares “tarefa – estudo – recitação”. Nele, o professor tudo planeja, cabendo apenas ao aluno estudar e repetir. É de muito maior proveito, do ponto de vista educacional, incluir o aluno nas atividades de aprendizagem, desde o começo até o fim. Torna-se possível ao aluno participar, desse modo, do planejamento da realização dessas atividades, bem como avaliar os resultados obtidos.

A participação ativa dos alunos no processo de ensino-aprendizagem auxilia no desenvolvimento de certas habilidades consideradas úteis à prática docente e para internalização dos conhecimentos. Quando os estudantes são envolvidos no planejamento, execução e avaliação das atividades educacionais, eles não apenas absorvem o conteúdo, mas também desenvolvem habilidades críticas e colaborativas que são essenciais para a vida em sociedade. Esse modelo participativo rompe com o esquema tradicional e promove uma educação mais dinâmica e contextualizada, alinhada aos objetivos formativos da escola no contexto “moderno”. Concluindo este pensamento, os autores citam John Dewey, assim:

John Dewey deu, com respeito ao método que ora defendemos o valioso conselho abaixo transcrito: “é obrigação do professor estudar as inclinações dos jovens, para que se torne mais consciente do que eles próprios, em relação ao que necessitam desejam. Qualquer outro rumo transfere a responsabilidade do professor para os alunos. O ensino arbitrariamente “ditatorial” não é uma questão de palavras ou de forma, mas da imposição de atos que não correspondem as inclinações manifestados por aqueles que estão crescendo e se desenvolvendo” (ADAMS; DICKEY, 1965, p. 123).

A filosofia educacional subjacente à citação reflete uma abordagem progressista e centrada no aluno, inspirada pelas ideias de John Dewey. Desta forma, os autores defendem que o ensino deve ir além da mera memorização de textos e lições, promovendo a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem. Essa perspectiva valoriza o envolvimento dos alunos em todas as etapas do processo educativo, do planejamento à avaliação, como uma forma de desenvolver competências valorizadas para a vida na sociedade democrática. Assim, essa filosofia se opõe ao ensino tradicional, centrado na figura do professor como único detentor do saber, e propõe um ambiente mais colaborativo e democrático, onde as necessidades e inclinações dos estudantes são levadas em consideração, permitindo uma educação mais expressiva e contextualizada.

Os capítulos da obra iniciam com questões básicas, colocadas à esquerda do título, em letras menores e em itálico, que sugerem uma reflexão prévia à leitura. Cada capítulo termina com uma seção chamada “Aplicações”, composta por atividades práticas, seguidas por “Problemas e Exercícios” direcionados aos futuros docentes. Além

disso, cada capítulo é finalizado com uma “Bibliografia Seleccionada”, que oferece referências para o aprofundamento do tema abordado.

Em síntese, a obra não apenas orienta os futuros docentes na aplicação de métodos, mas também promove uma abordagem reflexiva e ativa do processo de ensino-aprendizagem ao capacitar os professores para planejar, conduzir e avaliar suas atividades de forma autônoma. Essa parece ser a proposta central de formação de professores presente no manual *Princípios Básicos de Prática do Ensino*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O manual *Princípios Básicos de Prática do Ensino*, publicado no contexto do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE), revela as concepções pedagógicas direcionadas à formação docente no Brasil durante a década de 1950 e 1960. Inserido em um cenário marcado por relações de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, este manual reflete uma tentativa de modernização do sistema educacional brasileiro em plena Guerra Fria.

Numa primeira aproximação à temática da formação de professores conforme proposta no manual, o estudo das orientações pedagógicas nele contidas evidencia a intenção de capacitar professores brasileiros com métodos de ensino considerados modernos à época, promovendo práticas educativas que buscavam alinhar-se às demandas de uma sociedade em processo de industrialização e urbanização aceleradas. Ideias de uma escola ativa e de um professor primário igualmente ativo, alimentadas no pensamento educacional brasileiro desde os anos 30, reaparecem no manual, mas com ares de novidade, legitimada pelas experiências de ensino norte-americanas consideradas exitosas e oportunas de serem replicadas no Brasil dos anos 1950 e 1960.

Este estudo apresentou os primeiros resultados de uma pesquisa ainda em desenvolvimento. Cabe, por isso, em seus desdobramentos futuros, realizar análises verticalizadas dos conteúdos deste impresso, verificando, por exemplo, que práticas e materiais de ensino eram propostos pelos autores da obra para a efetivação de uma cultura escolar moderna e renovada, alvo principal das iniciativas do PABAE em solo brasileiro. Este se afigura como um caminho fértil para a investigação das propostas deste programa por meio dos seus impressos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Harold P.; DICKEY, Frank G. **Princípios básicos de prática de ensino**. Tradução: Wanda Rolim Pinheiro Lopes. Editora Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1965.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A cultura material da escola primária nas recomendações das Conferências Internacionais de Instrução Pública (1934-1968). In: CORDEIRO, Andréa Bezerra *et al.* (orgs.) **A Teia das Coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede**. Curitiba: NEPIE-UFPR, 2021, p. 28-47.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Aspectos das culturas escolares da escola primária em Brasília nas colunas da jornalista Yvonne Jean (1962-1964). **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 24, p. 318-331, 2024.

BUFREM, Leilah Santiago; SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Braga. Os manuais destinados a professores como fontes para a história das formas de ensinar. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 22, p. 120-130, 2006.

CHIOSSO, Giorgio. La manualística scolastica in Italia: tematiche, metodologie, orientamenti. In: MEDA, Juri; BADANELLI, Ana Maria. (a cura di). **La Historia de la cultura escolar en Itália y en España: balance y perspectivas**. Macerata: Edizioni Università di Macerata, 2013, p. 47-61.

ESCOLANO BENITO, Augustín. La manualística en España: dos décadas de investigación

(1992-2011). In: MEDA, Juri; BADANELLI, Ana Maria. (a cura di). **La Historia de la cultura escolar en Itália y en España: balance y perspectivas**. Macerata: Edizioni Università di Macerata, 2013, p. 17-43.

GARCIA, Tânia Maria F. Braga; SILVA, Vivian Batista da. De como ensinar: traços paradigmáticos nos manuais pedagógicos e perspectivas de investigação (1870-2015). **Educar em Revista**, v. 35, n. 77, p. 135-158, 2019.

LEITE FILHO, Aristeo. SANTOS, Pablo S. Machado Bispo dos. GOUVÊA, Fernando. Quando os documentos falam... ouve-se até o silêncio: entre relatórios, decretos e manuscritos, a gestão de Anísio Teixeira no Inep/CBPE (1952-1964) In: MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif (orgs.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep--MEC dos anos 1950/1960**. Brasília: INEP. p. 39-60, 2008.

LIMA, Fábio Souza. A ordem do presidente JK: formação de professores primários e interesses políticos na criação da Escola Normal Júlia Kubitschek, 1960. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, v. 22, e224, p. 1-30, 2022.

MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif. O Inep no contexto das políticas do MEC (1950/1960) In: MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif (orgs.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep--MEC dos anos 1950/1960**. Brasília: INEP, p.19-38, 2008.

PAIVA, Edil Vasconcellos de. PAIXÃO, Lea Pinheiro. PABAE (1956 – 1964): A americanização do ensino elementar no Brasil? Niterói: Ed. UFF, 2002.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Nísia Floresta, o Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PEDROSA, José Geraldo.; SILVA, Reisa Suelen Oliveira. As viagens pedagógicas do jovem Anísio Teixeira à Europa (1925) e Estados Unidos da América (1927) e sua inclinação definitiva para a educação pública. **Educação em Foco**. V.23, n.40, p. 153-173, 2020.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação? **Educar em Revista**. Curitiba, n. 18, p. 13-27, jul. 2001.

SAVIANI, Dermeval. História da História da educação no Brasil: um Balanço prévio e necessário. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. especial, p. 147-167, 2008.

WASCHINEWSKI, Susane Costa; RABELO, Giani. Biblioteca de orientação da Professora Primária do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar-PABAE (1956-1964). **Revista Linhas**, v. 19, n. 39, p. 286-314, 2018.

SOBRE OS AUTORES

Luzineide de Oliveira Campos

Professora da Secretária de Educação do Distrito Federal. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

E-mail: dluzineide@yahoo.com.br

Juarez José Tuchinski dos Anjos

Doutor em Educação. Professor Adjunto de História da Educação e História da Educação Brasileira do Departamento de Teoria e Fundamentos e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

E-mail: juarezdosanjos@unb.br